

CENTRO DE INOVAÇÃO, ADMINISTRAÇÃO E PESQUISA DO JUDICIÁRIO

NEWSLETTER | MAR 2023

Centro de Inovação do Judiciário da FGV Conhecimento define plano estratégico para 2023

Estudos, pesquisas e ambientações de debates abordarão temas como governança digital, democracia e sustentabilidade

O Centro de Inovação, Administração e Pesquisa do Judiciário da FGV Conhecimento inicia seu 5º ano de funcionamento com estudos e eventos que têm impactado o desenvolvimento e aprimoramento do Judiciário brasileiro. Sob a coordenação do Ministro Luis Felipe Salomão, o Centro do Judiciário conta com uma ampla rede de pesquisadores e colaboradores que reforçam o papel da FGV como um dos maiores Think Tanks do mundo, com projetos nas seguintes linhas de pesquisa: Governança Digital e Inovação; Sustentabilidade e Responsabilidade Social; Democracia; Direitos Humanos e Solução de Conflitos.

Dentre as pesquisas desenvolvidas pelo Centro, podem ser destacados os seguintes projetos:

A pesquisa “Relevância da questão federal: histórico, direito comparado, instrumentos semelhantes, impacto legislativo” teve o objetivo de aprofundar o estudo sobre a arguição de relevância da questão federal infraconstitucional no Superior Tribunal de Justiça (STJ). Este estudo procura aprofundar sobre as origens históricas da arguição de relevância de questão federal infraconstitucional no ordenamento brasileiro; as similitudes e particularidades de instrumentos análogos como a repercussão geral – aplicada no âmbito do Supremo Tribunal Federal – e a transcendência – aplicada no Tribunal Superior do Trabalho; verificar as experiências de direito comparado; o impacto legislativo da sua utilização pelo STJ, bem como as principais controvérsias atuais sobre o assunto. O relatório da pesquisa¹ também apresenta alguns dados levantados pelo STJ sobre o impacto legislativo da Emenda Constitucional nº 125 de 2022. O grupo de pesquisadores divulgou os resultados da pesquisa por meio de artigos publicados no Conjur: “Relevância da questão de Direito Infraconstitucional e instrumentos semelhantes”²; “Impacto legislativo da relevância da questão de direito federal”³; “Relevância da questão de direito federal: considerações históricas”⁴.



1 https://ciapj.fgv.br/sites/ciapj.fgv.br/files/relatorio_relevancia_da_questao_do_direito_federal.pdf

2 <https://www.conjur.com.br/2022-dez-20/osmar-paixao-relevancia-questao-direito-infraconstitucional>

3 <https://www.conjur.com.br/2022-dez-12/salomaoe-tauk-impacto-legislativo-relevancia>

4 <https://www.conjur.com.br/2022-dez-10/pinho-salomao-relevancia-questao-direito-federal>

A pesquisa “Especialização e Consensualidade na recuperação de empresas”, sob a coordenação científica da magistrada Clarissa Tauk, tem objetivo de fazer um mapeamento da estrutura judicial para tratamento de conflitos na área de recuperação empresarial com foco na especialização do juízo e no sistema de consensualidade nos tribunais brasileiros. Os resultados preliminares da pesquisa foram publicados no Conjur, no artigo intitulado “Especialização e consensualidade na recuperação de empresas”⁵. A publicação do relatório final está prevista para março de 2023.



Em janeiro de 2023, o Centro iniciou duas novas pesquisas, dentre outras previstas para os próximos meses.

Uma delas é a pesquisa “Democracia: perfil das ADIs”, que buscará identificar a correlação entre partidos políticos vencidos na votação do PL e a autoria das ADIs no STF e está sendo desenvolvida com a coordenação científica do professor Siddharta Legale do NIDH (Núcleo Interamericano de Direitos Humanos da Faculdade Nacional de Direito da UFRJ).

Já a segunda é a pesquisa “Plataformas de Serviços e Comércio Eletrônico: Centros de Solução de Conflitos”, que realizará um levantamento da estruturação dos centros de solução de conflitos e das políticas de desjudicialização das plataformas de comércio eletrônico, com a coordenação científica do professor Dierle Nunes da UFMG e da PUC-MG.

Em termos de cooperação, o Centro do Judiciário reforçou sua parceria com o Instituto Brasileiro de Ensino, Desenvolvimento e Pesquisa (IDP), o JusBrasil e a Associação dos Magistrados Brasileiros (AMB), com a definição de novos temas de pesquisa no projeto “Como decide o STJ?”, tais como o Marco Civil da Internet e o Superendividamento, dentre outros.

Para se manter atualizado sobre as pesquisas e publicações do Centro do Judiciário, [acesse a nossa PÁGINA.](#)

5 <https://www.conjur.com.br/2023-jan-21/opinioao-especializacao-consensualidade-recuperacao-empresas>